

Daniel Tadeu do Amaral
*Graduado em Economia e bolsista de Apoio Técnico – Uniara –
Funadesp. E-mail: dtamaral@gmail.com*

Vera Lúcia S. Botta Ferrante
*Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio
Ambiente – Uniara. E-mail: vbotta@techs.com.br*

Raízes

Vol. 26, Nºs 1 e 2, jan.–dez./2007

ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: PRODUÇÃO COMERCIAL DE CANA EM PARCERIAS COM A AGRONDÚSTRIA

RESUMO

O presente artigo é parte do projeto: *Assentamentos Rurais e desenvolvimento: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo)* realizado junto ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, grupo que há mais de 18 anos estuda assentamentos rurais, reforma agrária e políticas públicas voltadas para esta temática. Neste trabalho buscou-se uma análise continuada das relações estabelecidas entre usinas sucroalcooleiras e produtores assentados na região de Araraquara – SP. No município em questão inserem-se dois projetos de reforma agrária constituídos nos anos oitenta, no bojo do movimento sindical rural local, que congregam significativa população (mais de 600 famílias). Este espaço em construção vem sofrendo modificações, reflexo do “jogo de tensões” a que está exposto. Na análise da relação estabelecida entre assentados/ produtores e usinas sucroalcooleiras revela-se de maneira explícita esta dinâmica. O acompanhamento do papel do setor sucroalcooleiro, perpassando por variáveis como a renda e área agrícola disponível, somadas aos aspectos locacionais como a posição geográfica dos assentamentos, situados próximos às usinas, evidencia o fenômeno de expansão da cana de açúcar em curso na região e no Estado. Os rearranjos, o “vai-e-vem” da cana nestes espaços, elucida como resultado preliminar a dinâmica a qual se inserem os assentamentos nesta região do Estado de São Paulo, território instável, sobretudo nas áreas mais afetadas pelo complexo agroindustrial. Desta forma, o artigo discute ainda o teor dos contratos firmados entre as usinas e assentados, caracterizados pela unilateralidade e pelos altos riscos, pondo em questão perspectivas futuras nos assentamentos.

Palavras-chave: assentamentos rurais, agroindústria, dinâmica regional, economia regional

RURAL SETTLEMENT AND LOCAL DEVELOPMENT: SUGARCANE PRODUCTION IN PARTNERSHIP WITH AGROINDUSTRY

ABSTRACT

This article is part of the project: *Rural Settlements and Development: blockades, tensions and prospects (a comparative analysis in two regions of the state of Sao Paulo)* performed with the Center for Research and Documentation Rural, the group that more than 18 years studying rural settlements, land reform and public policies geared to this issue. In this work trying to continued examination of the relationship between plants (sugar and alcohol factory) and producers settlers in the region of Araraquara – SP. In the municipality in question belong to two projects of land reform made in the eighties, in the midst of the local rural trade union movement, bringing together significant population (more than 600 families). This space under construction is experiencing changes, reflecting the “game of tension” that is exposed. In examining the relationship between settlers / producers and plants (sugar and alcohol factory) appears to be out clearly the momentum. Tracking the role of agroindustrial complex, through variables such as income and agricultural area available, added the points geographical as the position of settlements, located next to the plants (sugar and alcohol factory), demonstrates the phenomenon of expansion of sugar-cane underway in the region and the State. The rearrangements, the “comings and goings” of the cane in these spaces, plain as the preliminary result the momentum which is used in their settlements in this region of the state of Sao Paulo, unstable territory, especially in the areas most affected by the agroindustrial complex. Thus, the article also discusses the content of contracts between the settlers and plants (sugar and alcohol factory), characterized by unilateralism and the high risks, putting into question future prospects in the settlements.

Key Words: rural settlements, agroindustry, regional dynamics, regional economy

1. INTRODUÇÃO

Segundo Júlio “[...] as transformações que as relações sociais experimentaram no curso do desenvolvimento capitalista colocaram para a sociedade contemporânea um contexto de mercantilização de todas as esferas da vida social”. Desta forma surge a visão para muitos de que a intervenção do Estado e a expansão do comércio externo foram responsáveis por profundas alterações sobre a base agrária e agrícola da realidade rural, a ponto de a produção agrícola ser transformada numa extensão da indústria, ou mesmo, confundir-se com ela, seja na racionalização dos processos produtivos, seja na intensificação do uso de capital, valendo-se cada vez mais de “inputs” oriundos a jusante ou a montante das unidades agrárias (JÚLIO, *et al*, 2006, p.97).

No Brasil e na atualidade, “[...] a manutenção de uma estrutura agrária concentrada com grandes estoques de terra, possibilita que se estabeleça uma estratégia de acumulação produtiva com acumulação fundiária” (DELGADO, 2005 *apud* JÚLIO, *et al*, 2006, P.99), na medida em que a expansão se realiza horizontalmente. São exemplares, no país e em São Paulo, particularmente, os casos da cana, do café, da soja, da pecuária, etc.

Assim há uma “[...] linha de continuidade, qual seja a reprodução da estrutura de posse e uso da terra” (DELGADO, 2005 *apud* JÚLIO, *et al*, 2006, P.99) que obriga muitas vezes o Estado, a intervir nessas estruturas, propondo políticas que impactam a estrutura existente.

O trabalho apresentado a seguir coloca em certa medida essas questões: versando sobre a temática rural, mais precisamente sobre assentamentos rurais¹, o universo agrícola paulista, sua conjuntura econômica e a expansão da lavoura canavieira dentro de projetos de assentamentos rurais através da prática de “parcerias”.²

No município de Araraquara encontramos dois assentamentos, constituídos em momentos distintos e representativos da recente realidade dos projetos de assentamentos no interior paulista e no Brasil. Esta região também é conhecida por seu dinamismo agrícola; considerada a

“Califórnia Brasileira” expressa os maiores índices de produtividade na lavoura da cana e laranja do País. Esta junção/conjunção destes dois elementos, destas duas realidades, oferta possibilidades, no mínimo, interessantes de análise, significativas não apenas localmente, mas constituintes de uma realidade nacionalmente representativa.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS MONTE ALEGRE E BELA VISTA

Os assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, que são foco de análise, estão localizados na região de Araraquara. O assentamento Bela Vista está inteiramente em área do município de Araraquara; já o assentamento Monte Alegre tem sua área abrangida pelos municípios de Motuca, Matão e Araraquara.

O assentamento Monte Alegre teve início de sua constituição em 1985, resultado do processo de mobilização de trabalhadores rurais, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, com a mediação do extinto IAF e do Escritório Regional de Governo. Em julho de 1985 estes trabalhadores mobilizados ocuparam uma clareira de terra no interior da fazenda Monte Alegre, onde hoje se encontra o núcleo 1 do referido assentamento. As terras abrangidas pelo assentamento localizavam-se em uma área de horto florestal pertencente à CODASP/ Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora – C. A. I. C., a qual durante mais de 40 anos serviu como área florestal para exploração de madeira.

Desta forma, nestas áreas “mapeadas” pelos trabalhadores rurais com o apoio e organização do Sindicato de Trabalhadores Rurais, surgem as primeiras ocupações de terra. De início 44 famílias pioneiras ocupam uma área de 778 ha., iniciando um processo que posteriormente resultaria na transformação da quase totalidade da área da fazenda em terras de reforma agrária.

Vale ressaltar que este movimento de retorno à terra nos anos 80 por parte de assalariados rurais da região é parte integrante de um momento político específico inserido no

¹ O estado de São Paulo, com sua agricultura altamente modernizada e industrializada, também é cenário para programas de reforma agrária, implantados através de políticas federais, estaduais e até mesmo municipais (BERGAMASCO, 1997). Apresentando grande diversidade em sua constituição e em forma de organização, os assentamentos no estado totalizam em 2005, 186 núcleos onde foram instaladas 10.049 famílias, numa área total de 220.411,82 hectares. Dos 186 assentamentos rurais presentes no estado, 126 são de origem estadual e 60 de origem federal.

² Parceria é um termo criado pelos órgãos gestores para designar contratos entre assentados e usinas, envolvendo a permissão e expansão da cana em assentamentos rurais (legalizada pelo Itesp através da portaria de 24/10/2002, proibida pelo INCRA sob o argumento de contrariar o princípio da Reforma Agrária).

bojo da revisão do papel e da estrutura administrativa do Estado, contextualizada no período de abertura política pós período militar. Os recém criados ERG – Escritórios Regionais de Governo que se apresentavam como instâncias de governo cujo intuito era a descentralização das funções do Estado visavam criar localmente um modo de articulação com a população, chamada a participar nos resultados que a ela diziam respeito. (Chonchol et alii, 2003, p. 78).

Esta instância serviu no caso do assentamento Monte Alegre, como intermediadora entre os ocupantes e a C.A.I.C.. Nos anos seguintes ocorreram novas ocupações resultando na configuração da maior parte da área da fazenda em assentamento. Hoje, a Monte Alegre conta com seis núcleos, compreendendo um total de 366 famílias. Somando-se o horto de Silvânia e Bueno de Andrade, considerados uma extensão do PA Monte Alegre, teremos então 416 famílias, com a constituição do núcleo inicial em 1985 e do último em 1998.

Da área total da fazenda Monte Alegre, estimada em 7.300 hectares (BERGAMASCO, 1997), o assentamento ocupa uma área de aproximadamente 6.595,19 hectares, das quais 5.230,69 são agricultáveis (excetuando áreas de estradas, comunitárias, cursos de rios e de preservação florestal permanente), distantes 28 km do município de Araraquara, município sede.

Quadro 1: Evolução da Constituição do Assentamento Monte Alegre

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bueno de Andrade	Araraquara	mai/97	31	Estadual
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
10 Assentamentos			416 Famílias	

Fonte: ITESP 2006

Uma característica importante deste assentamento é que sua constituição ocorreu em terras do Estado. Sendo assim, a competência sobre a regularização e assessoria técnica é do órgão responsável pela questão fundiária no Estado, atualmente a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

A exploração agrícola foi orientada de início para a ges-

tão/produção coletiva (85-86), posteriormente dividiu-se o trabalho em grupos com gestão/produção por conta de cada grupo (86-88), e, por fim, a partir de 1988, ocorre a divisão dos lotes agrícolas para as famílias (BERGAMASCO, 1997). Esta variação na dinâmica foi determinada por problemas e dificuldades produtivas, resultando na divisão por família. Desta forma, a divisão dos lotes foi feita, cabendo a cada família 14 ha. de terras no lote agrícola e nos casos dos núcleos com agrovila mais 1 ha. de terra (área da casa, pomar e etc.), totalizando 15 ha. por família.

3. ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO.

Situado em terras da antiga Usina Tamoio, o assentamento Bela Vista constituiu-se como área de reforma agrária em 1989, mediante aquisição da área da referida Usina por parte do governo federal. É resultado também da organização dos trabalhadores rurais em congruência com o Sindicato de Trabalhadores Rurais. Não houve, porém, neste assentamento um prévio momento de ocupação de terras. O processo de negociação da desapropriação desta área para fins de reforma agrária foi conduzido pelo Sindicato em decorrência da falência da Usina. Em consonância com a elevada dívida legal (trabalhista e tributária), ocorreu o perdão de parte da mesma e a conseqüente arrecadação das terras pela União.

Quadro 2: Número de famílias e domínio da terra – PA Bela Vista.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bela Vista do Chibarro	Araraquara	Dez/89	176	Federal

Fonte: ITESP, 2006.

Desta forma, neste assentamento, ao longo de seu processo constitutivo, vão se fixar 176 famílias dispostas em 176 lotes agrícolas de produção. Restou ao assentamento parte da estrutura da antiga Usina, que pode ser representada na disposição de 100 casas em uma agrovila central, casas estas que eram cedidas aos antigos trabalhadores da usina. Estas casas foram/são utilizadas por parte das famílias assentadas e a disposição dos lotes de produção se faz no entorno das mesmas, formando um nucleado central.

Neste assentamento, a competência de gestão e assessoria técnica recai sobre o respectivo órgão gestor de assentamentos na esfera federal – INCRA – uma vez que

a área é de responsabilidade da União. Porém, através de um convênio técnico firmado ainda nos anos oitenta, todos os assentamentos federais em terras paulistas são assessorados e acompanhados pelo ITESP. Esta ausência físico-institucional do INCRA e as diferentes orientações destes dois órgãos irão levar, como veremos posteriormente, a constantes atritos e tensões por parte dos assentados e instituições.

Assim, a referência empírica para a presente discussão reporta-nos a um processo concreto: à constituição de assentamentos de reforma agrária em uma região extremamente modernizada do Estado de São Paulo. Trata-se de assentamentos, entendidos como “processos sociais complexos” (SANTOS, 1992), cuja singularidade está na forte presença em sua composição – em torno de 68,5% de ex-bóias-frias, proletários rurais que vêm sendo expulsos do mercado de trabalho por força do desemprego estrutural que se faz crescente na região, reunindo ao todo nestes dois assentamentos (Monte Alegre e Bela Vista do Chibarra), em torno de 592 famílias, as quais entraram na área em tempos distintos, o que vai provocar diferenças significativas no viver e na construção de estratégias para permanecer na terra (FERRANTE, 1994).

4. ASPECTOS REGIONAIS: O “LUGAR” DOS ASSENTAMENTOS ANALISADOS.

O contexto regional é de certa forma um aspecto essencial para a elucidação/explicação dos fatos que se seguem. Os assentamentos de reforma agrária não são ilhas, em meio à paisagem regional, portanto quando se busca a compreensão dos estímulos e razões para a constituição de parcerias entre assentamentos e Usinas de cana da região, observa-se o aspecto locacional, exercido no feixe de relações que se deflagram ante a constituição de projetos de assentamentos numa determinada área geográfica.

Valendo-se desta concepção pode-se justificar a importância dada às características estruturais da região e da localização, mediante o entendimento de que a organização do espaço é a expressão material, resultante do trabalho social (a respeito, tratamento do geógrafo Milton Santos de espaço como instância da sociedade), como tal, ela é igual à instância econômica, cultural, ideológica e político-institucional. Como instância, ela contém e é contida pelas demais instâncias: a economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com as outras instâncias.

Podemos dizer que as formas geográficas contêm frações sociais e, assim, são formas-conteúdos (SANTOS, 1992). No movimento dialético entre forma e conteúdo de um determinado espaço, encontramos o movimento dialético do todo social. Por isso, numa análise do espaço de um assentamento rural, pode-se perceber o movimento mais amplo da sociedade.

Diante das variadas regionalizações do território estadual, buscou-se neste trabalho fazer uso da regionalização que privilegiasse as dinâmicas setoriais e regionais do espaço rural no Estado. Desta forma, o município de Araquara e seu entorno inserem-se dentro da mesorregião nordeste do estado (SEADE/EMBRAPA/ABAG-RP). A região nordeste compreende 125 municípios, juntos eles ocupam 51.725 km², representando 20,83% do Estado de São Paulo, uma área muito significativa para o agronegócio nacional.

As modernas técnicas empregadas pelo setor agropecuário fizeram com que a agricultura da região nordeste, com destaque à microrregião de Ribeirão Preto, fosse uma das primeiras do Brasil “a ser largamente exposta à modernização inerente ao período técnico-científico-informacional” (ELIAS, 2003). Conforme a mesma autora, a agricultura na região se transformou em um empreendimento em consonância com a racionalidade deste período, demonstrando ter possibilidades semelhantes aos demais setores da economia na aplicação de capital e na obtenção de alta lucratividade, permitindo maior valorização dos capitais nela investidos. Com sua estrutura interna heterogênea, a região nordeste de São Paulo e os produtos advindos das atividades agrossilvopastoris (como a cana-de-açúcar, as oleaginosas, a fruticultura, a pecuária) e suas cadeias produtivas, são extremamente importantes para o Brasil e para sua projeção no mercado internacional.

5. A EXPANSÃO DA CANA NA REGIÃO

As informações abaixo detalhadas foram obtidas junto ao trabalho de CRISCUOLO C.; QUARTAROLI, C. F.; MIRANDA, E. E.; GUIMARÃES, M., 2006, integrante do banco de dados da EMBRAPA, obtidas a partir do inventário sobre o uso de solos no estado de São Paulo, que foi realizado valendo-se do sensoriamento remoto por de imagens de satélite.

Em 1988, a cultura da cana-de-açúcar ocupava 1.085.668 ha. da Região Nordeste do Estado de São Paulo e concentrava-se no eixo central da região de estudo,

tendo o município de Ribeirão Preto e Araraquara como área core. No mapa de uso e cobertura de 1988, a distribuição dos canaviais era quebrada por uma infinidade de filetes de vegetação ripária (possivelmente subestimados em alguns casos por dificuldade de detecção/expressão na escala cartográfica deste trabalho) e, em alguns casos, por manchas expressivas de pastagens e culturas anuais (como em Barrinhas, Dumont e Guataparã). No sentido leste-oeste, a cana-de-açúcar mesclava-se com a fruticultura nos limites dos municípios de Bebedouro, Taquaral, Taiúva e Matão.

Em 2002/2003, registrou-se 2.293.301 ha. com cana-de-açúcar, o que representou um salto de 21% para 44% na área de estudo. A área de permanência da cana-de-açúcar nos dois períodos foi de 989.523 ha. A área de expansão foi de 1.303.778 ha., principalmente sobre 596.345 ha. de culturas anuais, 474.743 ha. de pastagens e 157.680 ha. de fruticultura. A retração desta atividade ocorreu sobre 96.145 ha., onde 40.113 ha. foram ocupados por fruticultura, 14.729 ha. por pastagens e 11.058 ha. por culturas anuais.

Os municípios onde a cana-de-açúcar encontrava-se tradicionalmente estabelecida, ocupando 50% ou mais de suas áreas cultivadas em 1988 continuaram apresentando grandes parcelas com a mesma cultura em 2002/2003. As expansões ocorridas no período 1988-2003 fizeram com que estes municípios atingissem, em 2002/2003, 60 a 90% de suas áreas com cana-de-açúcar, restando hoje pouca ou nenhuma área para expansão dessa cultura. Estes municípios es-

tão concentrados no arco Araraquara – Jaboticabal – Ribeirão Preto, além de pólos isolados nos municípios de Araras, Aramina e Santa Cruz das Palmeiras. Em 2002/2003 a cana-de-açúcar já ocupava toda a região central da área de estudo, menos na porção leste (terrenos de maior declive) e oeste (atividades consolidadas de fruticultura).

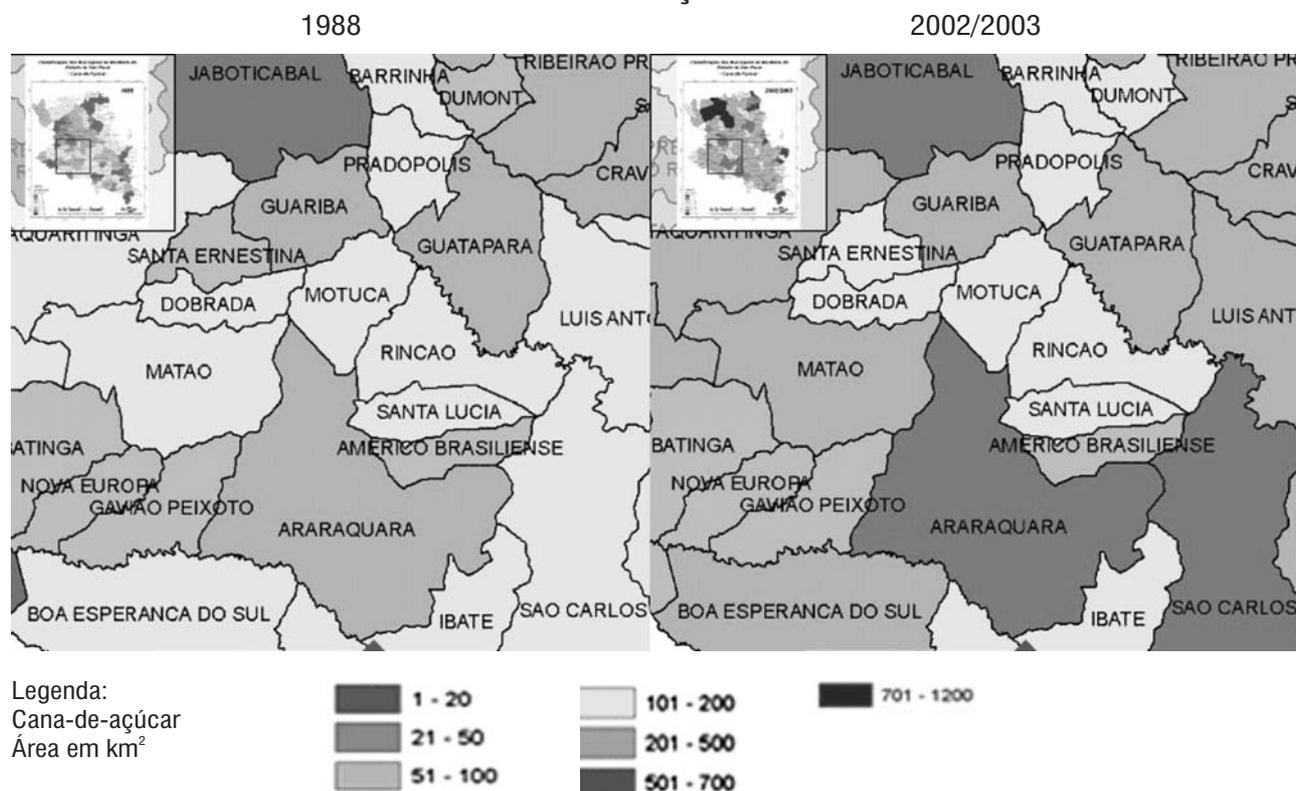
A região ao norte do arco Araraquara – Jaboticabal – Ribeirão Preto apresentou em conjunto a maior área de expansão da cana-de-açúcar. Alguns municípios, com pouca expressão no cultivo da cana-de-açúcar em 1988, apresentaram em 2003/2003, 70% ou mais de suas áreas ocupadas por este cultivo, caso dos municípios de Batatais, Morro Agudo, Jaborandi, Nuporanga, Terra Roxa e São Joaquim da Barra. Um dos exemplos mais significativos registrados foi o caso de Morro Agudo. Em 1988, esse município possuía 30.697 ha. de cana-de-açúcar e em 2002/2003 este valor subiu para 111.301 ha. do total de 138.874 ha. do município. Esta mesma região apresentou grandes áreas de expansão, como ocorreu em Barretos, Guaíra e Altinópolis, porém ainda com a permanência de áreas ocupadas por outras classes de uso. Elas representam áreas com ainda algum potencial para a expansão da cana-de-açúcar.

Desta forma observa-se que a expansão da lavoura canavieira encontra-se próxima do seu limite nesta região. O eixo Araraquara – Jaboticabal – Ribeirão Preto tem ocupação chegando a 90% dos solos, mantendo preços atrativos, a produção e o incremento da demanda interna e

Quadro 3: Municípios (região) com crescimento expressivo da área (ha) plantada de cana de açúcar.

Município	1988	2002/2003	Município	1988	2002/2003	Município	1988	2002/2003
ALTINOPOLIS	11133	43334	GUARACI	8590	33114	PIRASSUNUNGA	13481	40343
AMERICO BRASILIENSE	9241	9988	IBITINGA	1015	9700	PITANGUEIRAS	24622	36073
ANALANDIA	1649	3898	IPUA	6393	24477	PONTAL	28663	30488
ARARAQUARA	42263	53525	ITUVERAVA	1231	22895	RIBEIRAO PRETO	37438	40973
BARRETOS	10564	79919	JABOTICABAL	54237	62149	RINCAO	13486	19901
BARRINHA	10592	11924	JARDINOPOLIS	29763	38410	SALES OLIVEIRA	12576	24442
BATATAIS	1373	65537	LEME	13389	24297	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	8991	35789
BOA ESPERANCA DO SUL	16879	23525	LUIS ANTONIO	18638	32492	SAO CARLOS	13217	51112
CASA BRANCA	7874	37084	MATAO	19270	21745	SAO SIMAO	12601	33615
COLOMBIA	4	22933	MONTE ALTO	7269	16706	TAMBAU	6275	24314
DESCALVADO	10448	46820	MOTUCA	15031	15986	TAQUARITINGA	18573	32496
GUAIIRA	14215	74482	OLIMPIA	9980	21103			

Cana-de-açúcar



Fonte: CRISCUOLO C.; QUARTAROLI, C. F.; MIRANDA, E. E.; GUIMARÃES, M. EMBRAPA, 2006.

Figura 1. Evolução do plantio de cana de açúcar – dinâmica de uso

externa do açúcar e, sobretudo, do álcool. Os espaços de diversificação produtiva e mesmo de reforma agrária, inscritos na mesorregião passam a se tornar áreas potenciais para a expansão da lavoura canavieira, a qual começa a usar diferentes estratégias de cercamento junto aos assentamentos. Vale lembrar que 70% das vendas no ano de 2005 para veículos leves foi feita para veículos *flex-fuel*. O consumo interno do álcool representa 90% da produção, porém as exportações apresentaram crescimento expressivo (CARVALHO, 2006).

6. A PARCERIA: A BUSCA DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

O caso das parcerias entre agricultores assentados e usinas de cana tem se consubstanciado em uma das es-

tratégias mais utilizadas nos assentamentos localizados nesta área do Estado. A região nordeste, se considerarmos a classificação de macroregiões paulista do IBGE (junção das mesorregiões administrativas: Central e de Ribeirão Preto), como descrito anteriormente, apresenta a maior produtividade média por hectare e também a maior produção total por região, de cana e de citrus (laranja). Apresenta também uma estrutura agrária fortemente concentrada³ girando basicamente em torno da monocultura para abastecimento agroindustrial.

A área geográfica dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista está envolta por propriedades de usinas e, em menor parte, por pequenas e médias propriedades rurais, muitas destas fornecedoras de cana para as usinas.

A estrutura produtiva da região privilegiou e condicionou a formação de um lócus produtivo favorável. Os gan-

³ 3,86% dos estabelecimentos (com mais de 500 ha) abrangem 51,36% da área total, os estabelecimentos com até 50 ha ocupam 11,22% da área total dos estabelecimentos (Costa, 1994).

hos de escala oriundos da extensa proporção de área ocupada (determinada por fatores naturais como solo, clima e topografia) e da prática adotada: intensiva em capital, favoreceram a incorporação crescente e constante de tecnologia agrícola (expressa, sobretudo pela manipulação de espécies selecionadas e pela substituição de trabalho manual por máquinas). A região apresenta os preços mais competitivos nos mercados mundiais de álcool e açúcar (entenda-se desta forma o mais baixo custo produtivo mundial).

Com a elevação considerável do preço do álcool e do açúcar a partir da safra 99/2000 e 2001/2002, puxado pelo significativo aumento da demanda no mercado externo e interno pode-se afirmar que existe ocupação próxima à plena em terras de usinas (em detrimento da atual expansão da lavoura da cana sobrepondo-se a outros gêneros/culturas agrícolas no estado). Dada a localização privilegiada destes assentamentos, a opção de produção consorciada entre assentados e Usinas, até então pouco viável em termos logísticos e contratuais, passou a ser posta de maneira mais concreta.

Por sua vez nos assentamentos a possibilidade prática da parceria, consorciada ou arrendada com usinas de cana, não havia tido até o final dos anos noventa, forte defesa interna. Esbarrava na própria concepção da reforma agrária, provedora de alimentos, polifuncional, diversificada e nas “cicatrices” carregadas pelos trabalhadores assentados, muitos dos quais foram assalariados de usinas (cortadores de cana em sua grande maioria). Em torno de 68,5% destes assentados possuem essa origem (FERRANTE, 1994).

Somam-se a estes fatos a incongruência da manutenção da produção familiar – a priori a parceria descaracteriza o trabalho em regime familiar⁴ (condição imediata destas unidades produtivas); e também, a inconsistência legal de tal prática – contrária às diretrizes da política de assentamentos (TAU – Termo de Autorização do Uso), passível, portanto de sanções pelos órgãos gestores (contrários e resistentes à mesma).

Vemos, porém, que durante a década passada ocorreram algumas tentativas de se estabelecer parcerias entre usinas e assentados, tanto na fazenda Monte Alegre quanto na Bela Vista. Ressalta-se, entretanto, que no assentamento Monte Alegre um significativo papel coube à prefeitura municipal de Motuca, que atuava diretamente como porta-voz das propostas das usinas junto aos assentados.

Dois momentos em especial valem ser ressaltados: o primeiro, em 1992, quando a Usina Santa Luiza propõe, através do poder público municipal (Motuca), o arrendamento integral dos lotes do Monte Alegre mediante pagamento de salário fixo aos beneficiários, bem como direito ao sistema de assistência médico – odontológica (conveniada junto à usina). Esta proposta é rechaçada. (STETTER, 2000). Num segundo momento, em 1995, surge a proposta de produção em 50% do lote agrícola e do corte organizado em forma de mutirão (CAMPOI, 2005). Esta proposta também encontra resistência.

Estas tentativas de aceno aos espaços de assentamento não contavam com apoio da maioria dos assentados, nem tampouco com a aceitação dos órgãos gestores (Itesp e Incra).

Durante o processo de existência destes assentamentos, inúmeras foram as dificuldades produtivas, comerciais e creditícias pelas quais passaram os assentados. Neste contexto de dificuldades, porém de muitas vicissitudes e reorganizações positivas, um grupo de assentados com lotes pertencentes ao domínio de Motuca (núcleo 6) e Araraquara (núcleo 1), incentivados mais uma vez pelo poder público local na figura do prefeito de Motuca, oficializaram a proposta de consórcio da cana diretamente ao governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin, em visita realizada ao assentamento em maio de 2002. Colocou-se, neste momento, a necessidade de revisão das leis proibitivas da parceria com agroindústria em assentamentos.

Em função da alta nos preços da cana nas safras de 99/2000 e 2001/2002, a proposta de consórcio, novamente refeita, é apresentada oficialmente aos assentados e ao ITESP (órgão gestor) pela prefeitura de Motuca juntamente com a usina Santa Luiza.

Tendo em vista as pressões dos assentados (que agora em sua maioria apoiavam o consórcio), contando novamente com o amparo da municipalidade (Motuca), o *lobby* do setor sucroalcooleiro e a modificação do posicionamento do ITESP, estabeleceu-se o consenso e a retirada dos termos proibitivos.

Assim, a autorização (presente na portaria nº75, substituída posteriormente pela portaria nº77) em certo sentido, funcionou como instrumento para estipular parâmetros a uma atividade que já vinha acontecendo em alguns lotes, porém com o risco da ilegalidade, o que poderia

⁴ Esta descaracterização infere em riscos judiciais, onde a ação comprobatória de caracterização de agricultor familiar por parte do Sindicato dos trabalhadores rurais para a entrada em benefícios previdenciários vem sendo recusada pelo mesmo por ser contrário a estas práticas de parceria.

acarretar perda do Termo de Autorização de Uso – TAU – pelo assentado e conseqüente exclusão no projeto.

O assentamento Monte Alegre possui atualmente mais de 400 famílias (contando-se agregados), das quais 50% estão localizadas no Município de Motuca, sendo 40% no município de Araraquara e 10% em Matão. Com base nisso e justificando ser a maior arcadora do “ônus social” dos assentamentos (valendo-se de dados como o índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS/SEADE), a prefeitura municipal de Motuca estabelece os parâmetros para o chamado “Projeto Cana”, que poderia “resolver ou normalizar” a situação dos assentamentos segundo fontes oficiais do município.

Com uma população, em 2000, em torno de 3.871 habitantes o Município de Motuca está circunscrito numa área de 23.200 hectares, apresentando 280 propriedades rurais, das quais mais de 200 são oriundas dos Assentamentos Monte Alegre. É fato mencionar que a principal atividade agrícola do município é o cultivo da cana-de-açúcar, em área atualmente cultivada com mais de 17.000 hectares, fonte de matéria prima da indústria sucroalcooleira situada no município (Usina Santa Luiza), a qual responde por mais de 70% da arrecadação municipal. É de se supor o peso que a atividade exerce sobre o poder público municipal,

Desta forma inicia-se o projeto de plantio consorciado para cinco safras agrícolas com venda direta realizada para a usina acima citada. A partir de agosto de 2002 um grupo inicial de 40 famílias inicia o plantio da cana para venda direta. No ano de 2003, um grupo maior se interessa, desta forma, o número de adesões cresce, chegando em 2004, a uma área total de 229,59 hectares plantadas em terras do assentamento. No ano de 2005 a área abrangida foi de 571,13 hectares com uma produção bruta de 57.015,95 toneladas abrangendo 162 lotes agrícolas. Num total de 416 lotes agrícolas, este número representa 40% dos assenta-

dos instalados no PA e a ocupação efetiva de uma área de 994,82 hectares.

Para a Usina Santa Luiza⁵ a expansão do cultivo da cana de áreas de assentamento representa a possibilidade de incorporação de até 2.615,35 hectares, uma vez que a área agricultável do assentamento é de 5.230,69 hectares, a portaria nº 77 do ITESP permite o uso de até 50% do lote agrícola. Em termos absolutos isso pode significar um aumento de até 22,75% em relação à área de plantio pertencente à usina, de 11.500 hectares (área pertencente à usina).

A forma de contrato estipulada foi baseada no fornecimento por parte da Usina de mudas de cana de açúcar, tecnologia de plantio, adubos e insumos, assistência técnica primária, processamento e compromisso de compra da matéria prima. Caberia à Prefeitura Municipal (Motuca) a disponibilidade de assistência técnica complementar (disponibilização da patrulha agrícola, principalmente no cultivo da cana “soca” a partir da segunda colheita).

De acordo com o programa oficial do governo vinculado em 2002 estabelece-se que (...) *os produtores rurais assentados, participarão inicialmente com a mão de obra braçal necessária à colheita e manejo da cultura, e posteriormente com todos insumos, para os tratos culturais a partir da primeira colheita da cultura* (...) (Prefeitura de Motuca). Porém, nas idas a campo para coleta de material observou-se a descaracterização deste trabalho familiar além do não cumprimento da disponibilidade de assistência técnica complementar por parte da prefeitura. Em muitos casos o corte e o plantio têm sido feitos interinamente pela usina. Estas informações coletadas evidenciam o risco da entrada do capital agroindustrial dentro de áreas de reforma agrária, sobretudo realizando-se sem o mínimo controle na quantidade de insumos utilizados, na quantidade efetivamente colhida e na forma como se realiza o trato da terra.

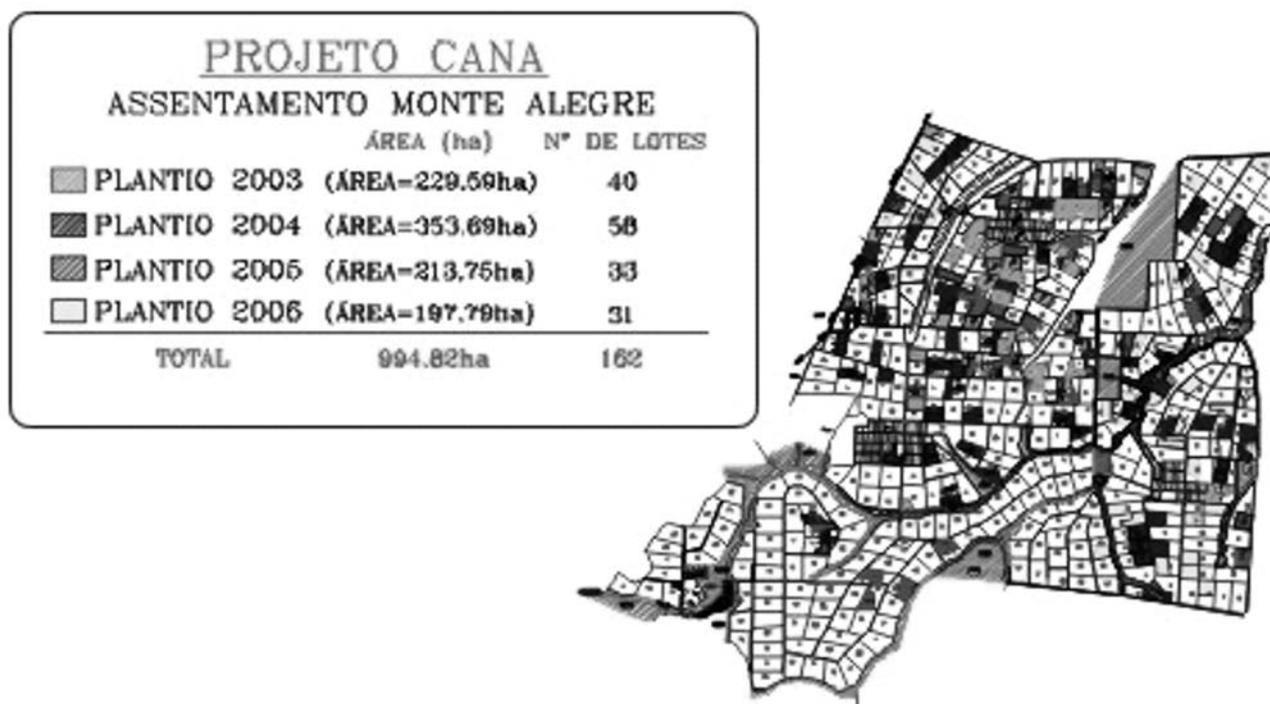
Num parecer técnico emitido em 1995 sobre o assentamento Água Sumida no município de Teodoro Sampaio, que em caráter experimental foi o primeiro assentamento a legalmente estabelecer parcerias para a produção da cana, afirma-se:

Na produção de cana, o assentado é mero espectador, em quase todo o processo produtivo, pelas próprias características do mesmo, que é

Quadro 4: Evolução do plantio de cana nos lotes do PA Monte Alegre.

Safra	Área em produção (hectares)	Produção de cana (toneladas)	Produtividade ton/ha	Receita Bruta
2004	229,59	25.765,0	112,22	911.462,32
2005	571,13	57.015,95	99,83	2.601.639,00

⁵ Para fins de esclarecimento vale ressaltar que em dezembro de 2007 a Usina Santa Luiza fechou suas atividades no município de Motuca em decorrência de modificações de natureza organizativa da aquisição à holding formada pelas Usinas São Martinho, Cosan e Santa Cruz. Representando uma perda líquida direta de R\$ 2,5 milhões de arrecadação municipal e sensível redução no número de funcionários, que totalizavam 1.100 ao fechamento desta Usina.



Fonte: Projeto Cana – Resultados Consolidados. Prefeitura de Motuca 2005.

Figura 2: Evolução do plantio e localização dos lotes no PA Monte Alegre.

mecanizado em algumas etapas, necessitando muito pouco da força familiar. Além disso, no período da colheita é necessária a utilização de mão de obra intensiva e em grande quantidade, o que inviabiliza mais uma vez o trabalho familiar. Como os produtores assentados não podem ter acesso a esse “Know How”, estão sujeitos a dependência reiterada. (Fernandes et al, p.195)

Desta forma os contornos de diferenciação entre uma parceria e um arrendamento padrão muitas vezes se contrapõem e suscitam questões importantes para a análise da viabilidade deste tipo de prática associativa, cujo caráter cooperativo pode ser questionado.

As metas divulgadas pela prefeitura de Motuca, utilizadas no planejamento do plantio estimava no acréscimo de atingir uma receita líquida média nas 5 safras por lote agrícola de R\$ 10.000,00/ano e introduzir na economia local R\$ 1.000.000,00, a partir do segundo semestre de 2003, distribuindo renda direta aos beneficiários do programa e detentores da agricultura familiar. (Prefeitura de Motuca). Previsões que não têm se concretizado, gerando um movimento de resistência – ainda pouco explicitado – à continuidade da parceria com a usina.

Paralelamente, no assentamento Bela Vista, área de jurisdição federal, com sede também em Araraquara, o mesmo processo de aceno de usinas sobre espaços potenciais para a expansão ocorria de maneira mais intensa. Desde a safra de 97/98 assentados do referido assentamento vinham realizando parcerias com a Usina Zanin, os quais, por suas características, se assemelham a um arrendamento padrão. Através da criação da Associação dos Pequenos Produtores da Região de Araraquara, por um grupo de assentados pró-cana e em virtude da elevação do preço da safra de 2000/2001, pouco a pouco, a organização ganha força chegando ao ano de 2006 com cerca de 90% dos assentados do referido assentamento plantando cana para a Usina Zanin. Um dos aspectos mais delicados diz respeito à ausência de qualquer permissão por parte do INCRA para tal prática, descaracterizadora do trabalho familiar e passível de exclusão do projeto, como já referido.

Recentemente, diante do posicionamento permissivo do ITESP (portaria nº 77), o Incra vem tentando restabelecer, através dos termos de reajuste de conduta, um controle maior sobre a ocupação dos lotes com culturas destinadas à venda para agroindústria, restringindo a área ocupada com

Quadro 5: Formas de comercialização da produção agrícola.

Como é comercializada a produção agrícola	Comércio em cidades próximas	Parcerias/ Agroindústria	Atravessador	Comércio Interno	Projetos de Prefeituras	Comércio Interno	Unicampo
Bela Vista	03 (18,7%)	13 (81,2%)	02 (12,5%)	01 (6,2%)	01 (6,2%)	0	01 (6,25%)
Monte Alegre	10 (22,2%)	18 (39,9%)	11 (24,4%)	10 (22,2%)	08 (17,7%)	08 (17,76%)	0

cana para 30% do lote agrícola, uma vez que estima-se que neste assentamento a área ocupada com cana para agroindústria gira em torno de 80% da área do lote.

No questionário de atualização dos perfis dos assentamentos realizado pelo Núcleo de Estudos e Documentação Rural, aplicado entre 2005 e 2006 a cerca de 10% dos assentados dos dois projetos verifica-se o peso das parcerias no destino da produção e na forma de comercialização (Quadro 5).

No quesito produção, valendo-se do mesmo questionário, observamos:

Quadro 6: Percentual por cultura.

Cultura	Bela Vista	Monte Alegre	Total médio (%)
Hortaliças	07 (43,75%)	23 (51,6%)	49
Cereais (ênfase: milho e arroz)	14 (87,5%)	24 (53,28%)	62
Temporárias (ênfase: feijão)	04 (25%)	13 (28,86%)	28
Permanentes (ênfase: eucalipto, mandioca, café)	08 (50%)	27 (59,94%)	57
Frutas	10 (62,5%)	32 (71,04%)	69
Cana de açúcar	10 (62,5%)	19 (42,18%)	47
Pastagem	02 (12,5%)	24 (53,28%)	43
Outros	02 (12,5%)	04 (8,88%)	10

Fonte: NUPEDOR 2006

Verifica-se ainda que apesar do peso que as parcerias vêm adquirindo no interior dos assentamentos, estes ainda apresentam relevante grau de diversificação embora o quadro acima não revele a área ocupada com cada cultura, apenas a presença destas culturas nos lotes que dizendo o percentual registrado respeito ao universo amostral da pesquisa (10% dos lotes).

7. CONCLUSÃO: ELEMENTOS DE REFLEXÃO

O processo de expansão da cultura canavieira em as-

sentamentos de reforma agrária pode ser analisado por diversas óticas. Quando abordamos a dinâmica econômica dos assentamentos, temos que ter em vista as múltiplas faces do processo em questão. Os critérios de mensuração econômica habituais devem, por sua vez, abarcar outras variáveis nem sempre abordadas; como é o caso, por exemplo, do autoconsumo (muitas vezes ignorado). Portanto quando pensamos em reforma agrária como expressão de política pública, de geração de emprego e renda, deve-se analisá-la em toda sua complexidade sob o risco de pautar conclusões balizadas apenas na lógica de sucesso /insucesso destes projetos.

Desta forma deve-se levar em consideração que estes assentamentos passam por um processo de maturação, representado pelas inúmeras dificuldades encontradas para a gestão do espaço e para viabilização econômica destas famílias no interior destes projetos. Observamos as cicatrizes deixadas pelas frustradas experiências coletivas (de início) e (posteriormente) individuais/ familiares do espaço de produção durante os anos de existência dos PAs.

Estas experiências mostraram-se muitas vezes inconsistentes. “O não levar em conta a vontade dos assentados”, por parte do Estado, as escassas e insuficientes linhas de crédito voltadas às especificidades dos pequenos produtores e o grau de endividamento têm levado muitos assentados a abandonar os lotes de produção e desistir de permanecer na terra.

A proposta de consórcio (denominado de parceria) com usinas da região surge e ganha força justamente num momento de “vazio” político-institucional no interior destes assentamentos. Expande-se com a promessa de propiciar aos produtores a possibilidade de estabilização financeira, desatrelada a compromissos financeiros (financiamentos) expedidos em nome do assentado. Aliada à garantia de fornecimento de mudas, insumos, assessoria técnica, além da compra assegurada, a proposta parece viável para a maioria dos assentados. A análise em si da parceria não pode ser pautada apenas em seus possíveis retornos financeiros, sob o risco de absolutizá-la, sem apreender as dimensões sociais, políticas e ambientais. A proposta do presente trabalho

é elucidar as motivações e o papel da estrutura produtiva local na determinação dos movimentos internos nos assentamentos e na definição de seu futuro.

Vale ressaltar, entretanto, que ao analisar o delineamento do projeto “Cana” pôde-se observar que os rendimentos previstos foram inferiores aos estipulados no projeto inicial. Em coleta de dados em campo e com base em outros trabalhos (CAMPOI, 2005) verificou-se que o rendimento líquido auferido na primeira safra (18 meses – e também a mais produtiva) gira em torno de R\$ 6.600 a R\$ 7.200,00, ao final de 18 meses. Inferior aos R\$ 10.000,00 estipulados como base, o que de certa forma “desmistifica” a proposta da cana como “única saída” para os assentamentos, como veio a ser exposto no início do projeto.

Questões pertinentes como a descaracterização do trabalho familiar – condição mínima para a permanência nos assentamentos – foram profundamente afetadas pela entrada da cana e do capital produtivo da usina em terras de reforma agrária. Outras dimensões como dependência, alienação das esferas econômicas pertinentes ao agricultor familiar (planejamento, financiamento, produção e etc.) também podem ser interpretadas como pontos frágeis da prática das parcerias.

O ônus ambiental, uma vez que estes assentamentos configuravam-se como “mosaicos de diversidade” em meio à homogeneidade monocultora por todos os lados, não pode ser esquecido. O uso massivo de insumos químicos e a prática da queima da cana ocorrendo em pequenos lotes de produção mostra-se perigosamente presente. Se considerarmos que muitos agricultores residem no lote de produção, o risco para o meio e para a própria família mostram-se evidentes.

Porém ainda que a renda estabelecida tenha sido inferior ao estipulado, a entrada da cana trouxe aos assentados uma aparente sensação de previsibilidade financeira com a garantia de compra pré-estabelecida por parte da usina. Outro fator a se levar em conta diz respeito ao crédito materializado no investimento inicial arcado inteiramente pela usina e descontado posteriormente na colheita.

A manutenção dos preços altos da cana – determinados pela demanda do álcool e do açúcar crescentes no mercado interno e externo – gera uma tendência à expansão frente a outras possibilidades no interior dos assentamentos. Os mapas sobre a expansão da cana no período 88 – 2003, auxiliam a elucidar o movimento de expansão canavieira em função da manutenção da valorização do produto.

Esta tendência pode ser verificada também em outras localidades, tomando-se por base áreas de assentamentos federais no triângulo mineiro (parceria com cana) e outras regiões, o que vem levando o INCRA a rever os termos que concernem ao uso e à forma de trabalho dentro das áreas de reforma agrária.

O atual processo de descentralização das políticas públicas e da gestão dos projetos de assentamentos carece de melhores definições, sem as quais as alternativas para o futuro dos assentamentos parecem render-se ao circuito da cana; apesar dos riscos que o mesmo apresenta. Situação a ser analisada com a cautela que o assunto merece, sem diagnósticos conclusivos e/ou fatalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASSO, S. M. P. P. et alii. “Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo: A roda Viva de seu Passado/Presente”. Ciências Sociais Hoje, São Paulo: Vértice, 1990.

BERGAMASSO S. M. P. P.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. (orgs). POR UM ATLAS DOS ASSENTAMENTOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

CAMPOI, A. M. Sistemas de Produção e Estratégias de Vida para Permanência na Terra: Um Estudo no Projeto de Assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, Araraquara, 2005.

CARVALHO, G. R. O setor sucroalcooleiro em perspectiva. Boletim de conjuntura agropecuária. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, março de 2006. 17 p. Disponível em <http://www.cnpem.embrapa.br/conjuntura/0603_Sucroalcooleiro.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2006.

CHONCHOL, M. E. F. Assentamento Monte Alegre: Conflitos e Negociações nas Ocupações de Terra. In: BERGAMASSO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (orgs). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

- CRISCUOLO C.; QUARTAROLI, C. F.; MIRANDA, E. E.; GUIMARÃES, M. Dinâmica de Uso e Cobertura das Terras na Região Nordeste do Estado de São Paulo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2006. 70 p., il. (Documentos, 46).
- DANTAS, A. O Homem Rural no Assentamento de Reforma Agrária. Retratos de Assentamento n° 06, Araraquara, Seção Gráfica – FCLAR, 1998.
- DELGADO, G. A questão agrária no Brasil 1950-2003. In: Ramos, L. O. F.; ALY JUNIOR, O. Questão agrária: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.
- ELIAS, D. Globalização e Agricultura: A região de Ribeirão Preto/SP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. 400p.
- FERRANTE, V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. Perspectivas, São Paulo: Edunesp, v. 11, 1988.
- FERRANTE, V. L. S. B.; GUERRA, A. L., STETTER, E. A.; BARONE, L. A.; MARIANO, M. N.; MENDES, T. M. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. Retratos de Assentamento, n° 01, Araraquara, Seção Gráfica – FCLAR, 1994.
- GARCIA JUNIOR, A. Indicadores de Renda em Espaço Rural. São Paulo: Vozes, 1996.
- JÚLIO, J. E.; PEREIRA, L. B.; PETTI, R. (orgs.). A questão agrária em São Paulo: políticas públicas, reforma agrária e desenvolvimento. Dinâmicas Regionais e Questão Agrária em São Paulo, São Paulo: INCRA, 2006.
- ROSIM, L. H. A Luta pela Terra: A Vontade do Estado e o Querer dos Trabalhadores. Retratos de Assentamento, n° 06, Araraquara: Seção Gráfica – FCLAR, 1998.
- SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1992.
- STETTER, E. A. A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada? Dissertação de Mestrado. Araraquara: FCL UNESP, 2000.
- WHITAKER, D. C. A. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002.
- PERIÓDICOS/ PUBLICAÇÕES:
- CENSO DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Org. FERRANTE, V. L. S. B. e BERGAMASCO, S. M. P. P. São Paulo: Edunesp, 1995.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. N°205, Vol.112, 25/10/2002.
- PARECER TÉCNICO CIENTÍFICO PROC. 0056/95 FATEC/UNESP-PRESIDENTE PRUDENTE. In FERNANDES E SILVEIRA, 1995.
- RETRATO DA TERRA n°1 ao n°10, Cadernos do ITESP, 1995-2001.
- ROTEIRO PARA FORMULAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA. Brasília, INCRA/IICA, 1998.